



Revista Affectio Societatis

Departamento de Psicoanálisis

Universidad de Antioquia

[revistaaffectiosocietatis@udea.edu.co](mailto:revistaaffectiosocietatis@udea.edu.co)

ISSN (versión electrónica): 0123-8884

Colombia

2017

Paulo Antonio de Campos Beer & Wilson de Albuquerque Cavalcanti Franco

**DA INDISSOCIABILIDADE ENTRE CLÍNICA E POLÍTICA EM PSICANÁLISE**

Revista Affectio Societatis, Vol. 14, Nº 27, julio-diciembre de 2017

Art. # 8 (pp. 157-179)

Departamento de Psicoanálisis, Universidad de Antioquia

Medellín, Colombia

# DA INDISSOCIABILIDADE ENTRE CLÍNICA E POLÍTICA EM PSICANÁLISE

*Paulo Antonio de Campos Beer*<sup>1</sup>  
Universidade de São Paulo, Brasil  
[paulo.beer@usp.br](mailto:paulo.beer@usp.br)  
ORCID: 0000-0001-9702-4209

*Wilson de Albuquerque Cavalcanti Franco*<sup>2</sup>  
Universidade de São Paulo, Brasil  
[wilson.franco@usp.br](mailto:wilson.franco@usp.br)  
ORCID: 0000-0001-9702-4209

DOI: 10.17533/udea.affs.v14n27a08

## Resumen

Proponemos una perspectiva específica y renovadora de investigación acerca de la relación entre clínica y política. Concebimos la determinación política de la praxis clínica como inevitable y, en esa medida, defendemos la pertinencia de modos de investigación que pongan tal determinación en evidencia y permitan analizarla. Estudiamos dos episodios históricos, uno concer-

niente a la trayectoria de Winnicott y otro concerniente a la trayectoria de Lacan, a partir de los cuales demostramos y discutimos las características de la perspectiva que adelantamos, teniendo como horizonte la inseparabilidad entre clínica y política.

**Palabras clave:** psicoanálisis, clínica, política, Winnicott, D.W., Lacan, J.

- 
- 1 Psicanalista, Doutorando em Psicologia Social no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (com bolsa FAPESP 2016/03096-7) e membro do Laboratório de Teoria Social, Filosofia e Psicanálise (LATESFIP-USP).
  - 2 Psicanalista, Doutorando em Psicologia Clínica no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, sob orientação do Prof. Dr. Daniel Kupermann (com bolsa FAPESP 2015/02520-7).

## ON THE INSEPARABILITY BETWEEN CLINIC AND POLITICS IN PSYCHOANALYSIS

### Abstract

We propose a specific and innovative research perspective on the relationship between clinic and politics. We conceive the political determination of clinical praxis as inevitable and, to that extent, we defend the pertinence of modes of investigation that reveal such determination and make its analysis possible. We study two historical moments, one concern-

ing the trajectory of Winnicott and another concerning the trajectory of Lacan, from which we demonstrate and discuss the characteristics of the perspective that we advance, having as horizon the inseparability between clinic and politics.

**Keywords:** psychoanalysis, clinic, politics, Winnicott, D.W., Lacan, J.

## À PROPOS DE L'INSÉPARABILITÉ DE CLINIQUE ET DE POLITIQUE EN PSYCHANALYSE

### Résumé

Nous proposons une perspective de recherche spécifique et innovante sur la relation entre clinique et politique. Nous concevons la détermination politique de la praxis clinique comme inévitable et, dans cette mesure, nous soutenons la pertinence de modes de recherche qui mettent en évidence cette détermination et qui permettent de l'analyser. Nous avons étudié deux épisodes historiques, l'un

au sujet du parcours de Winnicott et l'autre sur le parcours de Lacan, à partir desquels nous démontrons et discutons les caractéristiques de la perspective proposée, tout en considérant l'inséparabilité de clinique et de politique.

**Mots-clés :** psychanalyse ; clinique ; politique ; Winnicott, D.W. ; Lacan J.

Recibido: 24/11/16 • Aprobado: 04/03/12

## Introdução

Em meio às turbulências políticas que vêm tomando o Brasil desde 2015, muitas pessoas têm questionado o papel desempenhado pelos psicanalistas. Questiona-se se eles estão se colocando com suficiente veemência, se estão sendo agudos o suficiente em suas análises, se não estariam sendo omissos na cena pública. Demonstrações como a ocorrida no mês de junho em São Paulo, em que psicanalistas de diversas instituições e linhas teóricas se juntaram para se posicionarem pela defesa da democracia (as atas deste ato podem ser encontradas em [www.revistalacuna.com](http://www.revistalacuna.com)) dão notícia do impacto da questão. O que está em causa aqui, portanto, é a presença (e o impacto) dos psicanalistas enquanto pensadores sociais e enquanto figuras públicas.

Quando falamos, no presente texto, de política em psicanálise, estamos pensando em algo diverso: propomos interrogar a presença da política no cotidiano clínico e no pensamento teórico dos psicanalistas –a política, portanto, que habita a psicanálise visceral e intrinsecamente–. Assim, se frequentemente o alcance político da psicanálise é discutido tendo-se em vista suas contribuições para a reflexão sobre o campo da política em seus mais diversos âmbitos, consideramos necessário também, por outro lado, pensar sobre as influências políticas que atravessam a construção da clínica e da teoria psicanalíticas. O que temos em mente, nesse contexto, é a política que define a psicanálise *por dentro*, conforme promovida por psicanalistas em seus consultórios ou em posicionamentos que eles reputam derivados do fato de serem psicanalistas. Não temos em vista um campo de estudos eminentemente político investigado por um psicanalista, como no caso de Dunker (2015), dedicado à teoria social, como Stavrakakis (1999) e Mizrahi (2010), à política da história da psicanálise, como Forrester (1997, 1997a) às políticas de saúde mental (Phillips, 2005) ou o que seja: estudamos a política que o psicanalista inescapavelmente faz, a *práxis* política do psicanalista (seja ela em seu consultório ou na teoria que veicula).

É possível argumentar que tal análise não seria pertinente, ou mesmo que não se trataria de nada mais que a abordagem de idiosincrasias, podendo levantar algumas curiosidades, mas que difi-

mente contribuiria de modo efetivo para o campo da psicanálise. Tal argumentação poderia se assentar em duas bases: a partir da ideia de que a clínica seria marcada pela neutralidade do analista, e que, portanto, essas questões “laterais” não exerceriam papel significativo na condução de um tratamento (Souza & Coelho, 2012); ou a partir da ideia de que a teoria opera como um universal, retirando qualquer relevância de questões contingenciais que possam (ou não) atravessar sua elaboração (idem).

O objetivo deste artigo é demonstrar que esse atravessamento político na escuta clínica e na teorização psicanalítica não somente é pertinente como é inevitável; trata-se, por consequência, de um debate ético necessário, já que tem por objeto uma prática que incide com grande intensidade e profundidade na vida de sujeitos, modificando seus modos de viver, de sofrer, de construir laços sociais. Assim, trata-se de um debate que consideramos necessário para que a clínica psicanalítica não se torne uma modalidade de engenharia social (Silva Junior, 2000), e para que não fique cega quanto a seus possíveis efeitos iatrogênicos (Akimoto, 2016).

Uma das vantagens que vemos nessa montagem é que ela permite investigar a relação entre política e clínica sem fazer disso um exercício de psicanálise aplicada – é, isso sim, um exercício de pensamento clínico-. Outra vantagem, crucial para nossos interesses, é que ela não associa a política à militância nem ao engajamento político do psicanalista em questão: a questão é quanto às implicações da presença inexorável da política no exercício clínico e, por outro ângulo, a questão é a implicação política da atividade clínica e suas consequências tanto clínicas como políticas.

Para estabelecer, clarear e defender essas hipóteses, faremos uso de episódios históricos relacionados a dois autores canônicos na história da psicanálise: Winnicott e Lacan. Primeiramente abordaremos o atravessamento político conforme se apresenta numa cena clínica relatada por Winnicott; em seguida, apresentaremos algumas considerações acerca do substrato político alimentando uma das construções teóricas e clínicas mais importantes de Lacan (1945/1998): “O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada”.

## Concepção política e *práxis* clínica em Winnicott

Pouco se fala sobre política em ou a partir de Winnicott. Freud é muitas vezes abordado pela dimensão política que se poderia derivar da própria criação da psicanálise; Ferenczi é retomado por suas proposições fortes e contundentes a respeito da *práxis* clínica em sua dimensão potencialmente iatrogênica (pelo cinismo, pela hipocrisia, pela arrogância, etc.); Klein oferece uma matriz politicamente pregnante em função de seu modelo baseado em estádios dicotômicos (pregnante por serem estádios, não sucessivos e não definitivos, e por operar a partir de dicotomias e antinomias, tendência sempre favorecida no pensamento político); fala-se tanto de Lacan que não parece necessário situar a recorrência do tema aqui. Winnicott, por sua vez, parece não ter sido considerado um autor relevante, seja em termos do potencial heurístico de sua teorização no contexto da teoria social e da política (política a partir de Winnicott<sup>3</sup>), seja em termos do contexto político em que opera e transita (política em Winnicott). Essa lacuna na produção acadêmica em psicanálise parece-nos intrigante e problemática, considerando o pendor político claramente presente por trás de formulações teóricas como a de *falso self* ou de toda a teoria da privação, e por trás de posicionamentos como aquele assumido por Winnicott no contexto das controvérsias Freud-Klein, do *affair* do julgamento de Lacan na IPA, das políticas públicas na evacuação de Londres. Há de se notar, ainda, o potencial analítico (em termos de teoria social e política) de categorias como a de espaço potencial e de brincar (enquanto conceito).

Nosso propósito nesse texto, no entanto, não será o de advogar em defesa da apreciação de Winnicott como recurso para o pensamento político; trataremos aqui de um ponto mais específico: o pendor político presente na *práxis* clínica de Winnicott conforme relatada por ele mesmo, e a relação deste pendor com as concepções políticas veiculadas por ele fora do contexto clínico. Nosso intuito é demons-

---

3 Exceção notável nesse contexto é o trabalho de Honneth (2003), que foi, inclusive, amplamente questionado por recorrer a Winnicott e não a Lacan como fundamentação para seu trabalho.

trar que as posições liberais e “de direita” assumidas por Winnicott não impedem que ele tenha assumido uma *práxis* progressista e crítica no seio da psicanálise –enquanto membro da comunidade psicanalítica e enquanto clínico–.

O pensamento clínico de Winnicott diverge em diversos aspectos do *mainstream* psicanalítico de seu tempo: Winnicott põe sob suspeita a frequência das sessões, a duração das sessões, os campos clínicos sobre os quais o psicanalista deveria se debruçar, a relação entre o psicanalista e seu paciente, o papel e a natureza da comunicação de interpretações e sentimentos por parte do analista, enfim: trata-se de uma obra amplamente subversiva do ponto de vista do *establishment* contemporâneo. O que é curioso, e heurísticamente significativo, é que Winnicott nunca se opôs à psicanálise enquanto *establishment* –sua atuação política era, quando muito, de um questionador irreverente (como em “senhores, gostaria de fazer notar que há bombas caindo lá fora”<sup>4</sup>) e de um intermediador forçadamente ingênuo (como em “Klein e Anna Freud, sei que saberão aceitar e lidar com as divergências até que o progresso da ciência possa dirimir as dúvidas e lacunas de nosso saber”<sup>5</sup>)–. Assim, apesar de assumir publicamente posições que divergiam do que se tomava (tácita ou explicitamente) como norma, Winnicott nunca o fez enquanto militância ou enquanto causa; esses posicionamentos foram sempre associados ao *imperativo* que Winnicott discriminava a partir da clínica ou do “bem” da comunidade psicanalítica que compunha. A retórica de Winnicott nesses casos era que fazia o que lhe parecia necessário; assim, trata-se de uma certa indiscriminabilidade defendida por Winnicott entre a di-

---

4 Conta-se que, numa reunião particularmente acalorada durante as Controvérsias que tomaram as atividades da Sociedade Britânica de Psicanálise durante a Segunda Guerra Mundial (organizadas em torno das disputas entre Anna Freud e Melanie Klein pela primazia teórica e clínica) Winnicott teria levantado a mão e, ao ser concedida fala, teria dito isso. O episódio é relatado por diversos biógrafos e comentaristas, entre os quais Rodman (2003).

5 Em carta endereçada a Anna Freud e Melanie Klein enviada no dia 3 de junho de 1954, Winnicott assumiu basicamente essa posição, embora não exatamente nos termos referidos. Para acesso à carta completa remetemos o leitor a Winnicott (2005b), páginas 87 a 90.

menção *biós* e a dimensão *zoé* que compunham sua inscrição da cena política que acolhia seus gestos.

Sabe-se que Winnicott defendia que a psicanálise, enquanto exercício clínico, não poderia ser calcada no raciocínio e na ponderação teórica/metapsicológica do clínico –deveria ser, como ele dizia, ofício de alguém que tem a teoria *in one's bones* (nos próprios ossos)–. Parece que é consequência disso a articulação de uma concepção de política e sociedade liberalista e pragmática, fazendo dele um pensador social alinhado à direita –já que ele afirmará a importância do espaço individual de desenvolvimento sem intrusões externas como seria, nesse caso, a do Estado–. Nesse sentido pode-se compreender a oposição de Winnicott à criação do National Health System (sistema de saúde público nacional inglês), à regulação de Estado para a televisão e o pendor político claramente conservador (quicá reacionário) presente nas “reflexões sobre a sociedade” que compõem a terceira parte de *Tudo começa em casa* (Winnicott, 2005a). Se considerarmos que a maior parte das proposições alinhadas à esquerda dependem, em maior ou menor medida, de um processo coletivo de construção de uma nova base relacional, teremos aí clareza quanto à inviabilidade de uma adesão harmônica de Winnicott, considerando sua grade referencial, à esquerda<sup>6</sup>.

Isso não deveria obscurecer –e esse é nosso ponto aqui– o potencial crítico que sua teorização e sua concepção de clínica portam. Pretendemos, nesse sentido, contrastar as “reflexões sobre a sociedade” publicada em *Tudo começa em casa*, com um pendor notadamente conservador, pragmático e individualista (publicado postumamente e coordenado pelo *Winnicott Trust*, é importante notar) com as reverberações políticas implicadas nas posições clínicas professadas por

---

6 Além das posições de Winnicott (2005b) contra o NHS e a BBC, expressas em cartas publicadas em “O gesto espontâneo”, a veia liberalista de Winnicott é discutida também por Rodman (2003), particularmente na passagem de sua biografia de Winnicott em que discute o papel da segunda esposa de Winnicott, Clare, na formulação de suas posições no contexto do programa de evacuação à época da Segunda Guerra –Clare Winnicott, por sinal, parece ter “poupado” Winnicott de uma trajetória ainda mais liberal e libertista–.

Winnicott em seu *A família e o desenvolvimento individual*, cujo pendore difere radicalmente daquelas indicadas quanto às reflexões sobre a sociedade (dando notícia de um pensamento clínico arrojado, criativo e reformista<sup>7</sup>). Entendemos que essa demonstração aponta para a pertinência de se tomar em consideração a dimensão política que a teoria e a clínica expressas por psicanalistas *portam em si*, para além do que eles dizem acreditar ou defender em termos políticos/sociais.

Sigamos, então, em direção ao exemplo que trataremos: a distância entre as concepções políticas veiculadas por Winnicott (2005c) no texto “Algumas reflexões sobre o significado da palavra ‘democracia’”, publicado em *Tudo começa em casa*, e o pendore político subjacente à cena clínica relatada por ele em *A família e o desenvolvimento individual* (Winnicott, 2005).

No texto “Algumas reflexões sobre o significado da palavra ‘democracia’”, Winnicott divide os agentes sociais em quatro tipos: anti-sociais, pró-sociais anti-indivíduo, indeterminados e indivíduos saudáveis; o autor estabelece então uma equação que o permite afirmar que os indivíduos saudáveis são responsáveis por “carregar a democracia nas costas”, contra a disposição e as ações dos demais, e que por isso a democracia deve calcar-se numa administração desses *quanta* de tipos de indivíduos, pois do contrário o desbalanceamento inevitavelmente viria e a democracia seria posta em xeque. Pois bem, aqui temos uma teoria social baseada na lógica segundo a qual a sociedade funcionaria como um organismo, expressa de forma acabada por Durkheim (1893/2010) e usada como matriz (retórica e heurística) para a construção das pesquisas eugenistas e do programa políti-

---

7 Apesar de Winnicott ter referido em um texto tardio que estava “convocando para uma certa revolução em nosso trabalho” (Winnicott, 1971, apud Abram, 2013, p. 1), não parece haver na grade de trabalho de Winnicott espaço para o pensamento revolucionário (seja em termos marxistas ou quaisquer outros): Winnicott é um defensor dos processos progressivos e das zonas intermediárias como forma de diferenciação e transformação progressivas, e por isso, por mais que contemple a possibilidade de engajamentos emocionais, individuais e sociais violentos, contestadores e destrutivos, não parece vislumbrar interesse ou oportunidade em processos revolucionários.

co de purificação que os nazistas implementaram –final, trata-se aí justamente de promover a purificação em benefício da Nação, que se tornaria robusta, saudável e livre de seus agentes impuros (Cohen, 1998; Agamben, 2010)–. Winnicott não faz nenhuma afirmação quanto à forma como esses *quanta* poderiam ser administrados –há de se notar, no entanto, que à época em que escrevia haviam ainda programas eugênicos em operação nos Estados Unidos e em outros países, não mais baseados em extermínio (“eutanásia”, como o queriam os nazistas) mas em esterilização e regulação de matrimônio–. Não podemos afirmar, por Winnicott, que ele seria favorável a esses programas, já que ele nada disse a esse respeito, mas percebemos em suas afirmações a respeito da sociedade uma propensão que o aproxima a um tipo de pensamento social conservador e direitista.

Já em “Os efeitos da psicose sobre a vida familiar” (Winnicott, 2005d), publicado em *A família e o desenvolvimento individual*, tratará de uma cena clínica em que conheceu uma criança com psicose infantil derivada de cretinismo, cujos pais “simplesmente não conseguiam conviver com a psicose de sua filhinha” (p. 95). Diante desse cenário, o psicanalista aciona seus contatos com as autoridades e logo encontra uma família disposta a acolher a criança e procede a esse processo. “Nessa família, a criança retardada mas em desenvolvimento podia ser aceita como convalescente de uma doença, [e] salvou-se por esse esquema a família do professor [pai biológico da criança], que pôde levar adiante sua carreira” (Winnicott, 2005d, p. 95).

A ideia veiculada por Winnicott aqui é que a criança sofria (além do cretinismo) em função das angústias de uma família que não conseguia acolhê-la, o que incutia sobre seu desenvolvimento um outro tipo de sofrimento (social); o trabalho clínico de Winnicott, nesse sentido, teve por meta oferecer à criança um ambiente onde ela pudesse se desenvolver em seus termos e sem a inculcação de culpa e hostilidade por parte dos pais que não conseguiam suportar o fato de ela *estar fadada ao insucesso*.

A postura de Winnicott diverge da que se encontra subjacente à lógica professada no texto referido antes: o problema em questão no caso é a indisponibilidade dos pais em aceitar a menina, o problema

não é a menina e suas peculiaridades; assim, se tivéssemos de encontrar um agente anti-social nessa cena, provavelmente esse agente seria o pai –já que seu ímpeto de sucesso na carreira tornava– o hostil à filha e a seus processos de desenvolvimento, exigindo dela o que ela não teria como oferecer a ele.

A intervenção de Winnicott visava um certo “reequilíbrio” entre os elementos anti-sociais e pró-sociais antiindividuais com que estava confrontado, sem recorrer a ideias como castração, extermínio ou internação permanente –remanejou os elementos, recorrendo ao que ele mesmo chamava de *placement*, que não tem por objetivo reduzir o quanta de sujeitos “não robustos”, mas sim garantir condições ambientais de desenvolvimento ao sujeito–. Assim, abre-se a possibilidade de ler o pensamento de Winnicott –mesmo aquele texto sobre democracia e mesmo considerando seu pendor retórico incomodamente pragmático– em uma chave politicamente distinta da que oferecemos inicialmente (e uma chave mais favorável a Winnicott em termos da vocação política de seu pensamento).

Não convém ao recorte de nossa discussão entrar em maiores detalhes a respeito das concepções de sociedade em causa a partir de uma ou outra leitura do texto winnicottiano<sup>8</sup>; nosso interesse foi, como referido antes, demonstrar a pertinência de uma consideração específica acerca do pendor político da práxis clínica do psicanalista, tomando-a independentemente das posições e valorações sociais e políticas que ele mesmo possa professar. Uma consequência principal deriva disso: o psicanalista pode se considerar crítico e politicamente

---

8 Digamos apenas que é importante distinguir entre o papel da *norma* e o da *normatividade* no delineamento da liberdade e do desenvolvimento de um indivíduo no seio de uma sociedade –nesse sentido Winnicott parece ter afirmado uma perspectiva francamente alinhada à de Canguilhem, defendendo a importância da normatividade vital, e inscrevendo sua concepção da relação entre a saúde do indivíduo e a sociedade a que ele pertence na dependência desse determinante (Canguilhem, 2007; Estellita-Lins, 2007; Portocarrero, 2009)–. Nessa grade as concepções “liberal-totalitárias” de Winnicott assumem outro matiz: de um defensor do desenvolvimento dos potenciais individuais (para além, evidentemente, da meritocracia mais ingênua).

informado e, no entanto, atuar de forma reacionária, conservadora ou alienante em sua práxis clínica; o ideário e os pendores pessoais do psicanalista não formatam (para bem e para mal) sua práxis clínica. Assim, oferece-se uma perspectiva renovada de estudos interessados na relação entre psicanálise e política: indagar a clínica dos psicanalistas canônicos em busca de indicadores acerca de seu estatuto enquanto práxis social e politicamente inscrita e determinada. Isso pode ser feito tanto em relação aos autores canônicos (caso em que estaríamos pautados pelo material bibliográfico e de arquivo de que dispomos como fonte de informação acerca de sua clínica) como em relação aos psicanalistas contemporaneamente em exercício, como forma de interrogação acerca do impacto social e político da prática clínica exercida nos consultórios de nossas cidades.

Passamos, a seguir, à discussão da segunda perspectiva de interrogação acerca da relação entre psicanálise e política que pretendemos discutir nesse texto: trata-se da relação entre o psicanalista, a partir de sua produção intelectual, e o contexto social e político em que trabalha.

## Lacan e as reverberações políticas de produções reputadas como clínicas

Como apontado acima, se não são frequentes os trabalhos que debatam as articulações entre o pensamento psicanalítico e teoria social baseados na obra de Winnicott, o mesmo certamente não pode ser dito sobre Lacan. Esse fato pode ser compreendido pelo caminho escolhido pelo psicanalista francês, que em seu “retorno a Freud” lançou mão de inúmeras articulações com outras áreas<sup>9</sup>, assim como se

---

9 Seja em suas incursões linguísticas e estruturalistas do período intitulado, por Milner (1996), de primeiro classicismo, em que o recurso a outras áreas sustentaria uma retomada da questão da cientificidade da psicanálise, como proposto claramente no Discurso de Roma (Lacan, 1953/1998); seja na reelaboração dessa questão, iniciada no seminário sobre os quatro conceitos fundamentais (Lacan, 1964/1973), com o deslocamento da questão sobre se “a psicanálise seria uma

pode afirmar que há uma tradição constituída de pensamento político que utiliza a psicanálise lacaniana como referência<sup>10</sup>. Trata-se, portanto, de um movimento iniciado por Lacan e continuado por autores posteriores, em que a articulação entre psicanálise e política ganha grande potência.

Entretanto, como assinalado no início deste artigo, nosso objetivo não é pensar as possibilidades abertas nesse tipo de articulação, mas justamente a importância da consideração do atravessamento político que pode ser reconhecido na emergência das teorizações e das intervenções clínicas. Para tanto, tomaremos em discussão um dos mais célebres textos de Lacan (1945/1998), “O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada”. Tal texto já foi alvo de inúmeras discussões, uma vez que condensa um dos pontos de maior inovação e, consequentemente, de profunda desconfiança por parte de analistas de outras linhas, que consiste na instauração da variabilidade da duração das sessões, contrastando com os definidos cinquenta minutos tradicionalmente praticados. Tal discussão não nos interessa frontalmente, embora possa se reconhecer uma possibilidade de discussão de um atravessamento político: inúmeras vezes esse advento é acusado de ser uma simples artimanha de maximização da rentabilidade do tempo do analista, permitindo-o atender mais pacientes do que no modelo tradicional. Contudo, embora uma certa crítica possa ser feita em relação à confusão entre tempo lógico e “sessões curtas”, como bem indica Jorge (2000), não nos parece que uma discussão assim simplificadora, que reduz uma proposição tão central a uma questão

---

ciência” para “qual ciência comportaria a psicanálise”, reelaboração assumida e declarada em “A ciência e a verdade” (Lacan, 1965/1998), na localização de uma diferença em relação ao tratamento da verdade como causa pela psicanálise e pela ciência, diferença essa que potencializa o desenvolvimento de uma noção de impossibilidade de saber universal, cujo efeito sobre o modo de se pensar a política e o laço social é dramático, como pode ser visto na teoria dos discursos; ou mesmo na aposta da articulação com a lógica e a topologia.

10 Nessa esteira, encontramos tanto textos de psicanalistas que discutem o social, como supracitado Dunker (2015), ou Birman (1978/1998), por exemplo, como de autores de outras áreas que fazem uso da psicanálise, como Žižek, Badiou, Safatle, etc.

financeira, possa trazer grandes ganhos ao debate. Tomaremos, portanto, um caminho diverso, pensando possíveis influências de Lacan na escritura deste texto.

Esse texto é de grande interesse para nós, não somente por apresentar uma incisiva possibilidade de reflexão sobre o atravessamento político, mas também por ele mesmo discutir e propor avanços sobre o modo como se pensa o laço social. Se a postulação dos três momentos lógicos é considerada um marco no movimento de mudança do horizonte de cura da psicanálise, indicando o corte de sessão como um instrumento analítico (questão que depois será intensamente aprofundada na proposição do ato analítico), não podemos esquecer o fato de que Lacan, a todo momento, traz à cena o efeito disso na sociabilidade, inserindo-se criticamente em uma discussão sobre liberdade que era encabeçada, na época, por Jean-Paul Sartre. Mesmo que a referência a Sartre possa não dizer seu nome, colocada de modo furtivo “(...) não somos desses filósofos recentes para quem o cerceamento de quatro paredes é apenas um favor a mais para o segredo da liberdade humana” (Lacan, 1945/1998, p. 199), o embate é claro ao se tomar em consideração a conclusão à qual o texto se dirige<sup>11</sup>, evidenciando o papel dos outros nas decisões de um sujeito. De fato, Lacan (1945/1998) realiza um esforço no sentido de promover a retroação de seus avanços para pensar uma vez mais o laço social, de modo que o último movimento do texto pode ser lido a partir desta chave:

Basta fazer aparecer no termo lógico dos *outros* a menor disparidade para que se evidencie o quanto a verdade depende, para todos, do rigor de cada um, e até mesmo que a verdade, sendo atingida

---

11 Como afirma Roudinesco (2011), Lacan “elaborou, por fim, uma doutrina da liberdade oposta à do existencialismo sartriano. Segundo ele, com efeito, o inferno não são os outros, uma vez que o acesso à identidade sempre supõe uma relação com o outro mediatizada pela Lei. Longe de ser fruto de uma decisão consciente, a liberdade deriva, assim, de um imperativo lógico, de natureza inconsciente, único a poder romper o pertencimento do sujeito à imagem de sua servidão. Em outras palavras, para ser livre é preciso ter noção das determinações que o inconsciente impõe à subjetividade” (p. 44).

apenas por uns, pode gerar, senão confirmar, o erro nos outros. E também que se, nessa corrida para a verdade, é apenas sozinho, não sendo todos, que se atinge o verdadeiro, ninguém o atinge, no entanto, a não ser através dos outros (p. 212).

Nessa toada, os últimos parágrafos do texto são dedicados à “lógica da coletividade”, aplicando assim os três momentos lógicos à questão de “o que é um homem?”. Tal questão percorre o caminho de que, embora seja impossível definir o que é, de fato, um homem, seria possível definir o que não é um homem, e reconhecer outros homens como semelhantes. Nesse sentido, a conclusão é de que a afirmação de ser homem se dá pelo medo de ser convencido de não ser homem. Após essa apresentação, Lacan (1945/1998) termina o texto com a seguinte afirmação: “Movimento que fornece a forma lógica de toda assimilação ‘humana’, precisamente na medida em que ela se coloca como assimiladora de uma barbárie e, no entanto, reserva a determinação essencial do [eu]...” (p. 213). Vemos, portanto, que a questão da temporalidade é colocada como inseparável do laço social, uma vez que a decisão de cada sujeito não pode ser separada da dos outros, embora também não seja possível pensar o coletivo como algo distinto das individualidades<sup>12</sup>. Assim, a proposição de Lacan com este texto vai muito além da clínica, e mostra-se extremamente ousada ao defender que o laço social não deve ser entendido como respondendo a um referente externo que serviria como garantia, mas sim ser pensado a partir de uma coletividade que se enlaça com a individualidade de modo indissociável, de modo que a certeza se coloca como algo precipitado em cada sujeito, ao mesmo tempo em que o erro dos outros acarreta no erro individual também.

Podemos, portanto, afirmar em bases seguras a relevância social deste texto. Entretanto, qual seria a importância da política enquanto elemento atravessador de sua gênese? Afinal, pode-se afirmar (e muitas vezes as discussões desse texto se limitam a esse fato) que se

---

12 Vale lembrar que o texto termina, de fato, com uma nota de rodapé em que é feita uma referência a “Psicologia de grupo e análise do ego” (Freud, 1921/1996), recuperando a afirmação de que “o coletivo não é nada senão o individual” (Lacan, 1945/1998, p. 213).

trata de uma discussão marcadamente clínica, mesmo que apresente este final com foco na coletividade. Tal argumento poderia ser válido, uma vez que um texto acentuadamente clínico pode trazer discussões sobre o enlaçamento social, já que que essas duas dimensões não se separam completamente. Contudo, o que gostaríamos de discutir é que o acento clínico deste texto não deve ser sobreposto a sua incidência social, sendo necessário contemplar o peso do contexto em que ele foi produzido para a apreensão de sua significação enquanto *afirmação* e *posicionamento* por parte de Lacan.

Não somente o texto foi publicado em 1945, mas isso aconteceu a pedido de Christian Zervos, editor dos *Cahiers d'Art*, publicação interrompida durante a guerra e que em seu número de retorno convidou diversos intelectuais a escreverem sobre o período de 1940 a 1944, ou seja, sobre o tempo da guerra. É a esse convite que Lacan responde com o texto sobre tempo lógico, de modo que seria um pouco irresponsável desconsiderar uma contingência tão central em sua produção: não somente ele foi escrito logo após a guerra, como o tema do convite era o período de guerra em si, e a revista em que foi publicado não era de psicanálise ou psicopatologia, mas de artes. Nesse sentido, publicar um texto restrito ou focado na clínica seria absolutamente incoerente.

Aceitando o fato de que a discussão sobre laço social era, de partida, um dos objetivos do texto, podemos então nos debruçar sobre outro ponto mais interessante, a saber, qual teria sido o motivador da escrita de tal texto, ou ao menos em qual debate essa argumentação se encaixava, na época. Entendemos aqui a busca pelo motivador não como uma proposta de análise selvagem que buscaria compreender os motivos inconscientes da escrita de Lacan, mas sim o papel do referido texto no contexto em que foi produzido: problemas que tentava resolver, posicionamentos a serem marcados, questões a serem problematizadas, etc.

Uma primeira intuição indica algo bastante plausível: para além da discussão clínica e das considerações mais gerais sobre o funcionamento do laço social, Lacan teria neste texto o objetivo de pensar a barbárie, o Holocausto. Mais especificamente, o modo de funcionamento

da barbárie, assim como a questão sobre a possibilidade de existência em si da barbárie, ou seja: como humanos podem realizar atos tão monstruosos. Essa hipótese mostra-se pertinente, uma vez que a questão da barbárie fecha o texto, indicando como a própria ideia de “humanidade” traria em si sua negação como fator inescapável. O que podemos depreender sobre a tensão existente entre não se saber o que é um homem, reconhecer os outros (ou não) enquanto homens, e afirmar-se homem com medo de ser convencido de seu contrário, seria uma tentativa de generalização de um fator lógico que explicaria a possibilidade de algo tão bárbaro quanto o Holocausto enquanto uma potencialidade de um laço que não pode apresentar garantias.

Nesse sentido, partindo de uma das mais importantes análises do Holocausto, aquela de Arendt (1963/1999) chamada *Eichmann em Jerusalém*, vemos a centralidade de um discurso baseado na alienação a um referente externo que funciona como ideal privilegiado no enlaçamento social servindo, explicitamente, como base para justificar as atrocidades cometidas. Em outras palavras, a sustentação de Eichmann ao justificar seus atos por se dizer um sujeito kantiano, que estaria seguindo da melhor maneira aquilo que lhe foi ordenado, ou seja, realizando à risca o seu dever, esse tipo de argumentação demonstra diretamente o risco da crença de que pode haver um referente garantidor que justifique qualquer ação “em seu nome”. Nessa esteira, Lacan apontaria (deve-se notar, com quase vinte anos de antecedência) a necessidade de crítica de algo explicitado por Arendt, da crença em um ideal que justifique atos bárbaros, seja esse ideal qual for. Algo bastante coerente com o momento.

Junto a isso, há também outra dimensão a ser considerada, que diz respeito a “como” um evento desses poderia ter ocorrido. Esse é, a nosso ver, o grande trabalho do texto, em tensionar dialeticamente os processos de decisão, indicando por um lado a implicação e a responsabilidade de cada sujeito por seus atos, e por outro apontando a impossibilidade de que a verdade concluída por cada um seja totalmente independente das decisões dos outros.

Nesse caminho, deve-se considerar uma forte tradição de trabalhos que tentam dar conta não somente do fato de que muitos alemães

“não-nazistas” colaboraram com o regime, mas também que esse fato foi apontado em relação a muitas vítimas do Holocausto (judeus, ciganos, negros, etc.), que teriam, então, colaborado com sua própria morte.

Tomaremos aqui como exemplo a obra de Bauman (1989/1998), intitulada *Modernidade e Holocausto*, na qual o autor, influenciado por pensadores como Adorno e a própria Arendt, retraza minuciosamente fatores “corriqueiros” da vida tanto de judeus como de alemães, apontando como o modo de apresentação das possibilidades entre as quais era possível escolher levava a uma dinâmica em que a precipitação de decisões individuais criava um movimento de comportamento de massa, de modo que os indivíduos eram levados a tomar decisões “lógicas” com efeitos deploráveis. Nesse ponto, a afirmação de Lacan de que o erro dos outros pode levar o sujeito ao erro também se mostra novamente pertinente, e seu texto serve para explicar esse funcionamento em que um grupo age de modo absolutamente equivocado, mesmo que a maior parte dos sujeitos faça escolhas lógicas.

Considerando o caminho desenhado acima, seria possível atribuir ao texto lacaniano não somente uma fineza argumentativa ímpar, mas também um posicionamento político sólido e dificilmente atacável, uma vez que conseguiria, ao mesmo tempo, lançar luz sobre uma questão enigmática que se colocava no momento (como explicar que tal barbárie possa ter acontecido), e escapar a movimentos de excessiva culpabilização dos indivíduos envolvidos, mas sem retirar-lhes a responsabilidade. De fato, tal contribuição, realizada em um espaço curto de tempo (apenas um ano após o término da guerra), teria antecipado de maneira notável os trabalhos que se dedicam a essa questão, especialmente se considerarmos que antecedeu Arendt em quase vinte anos, e Bauman em mais de quarenta. Contudo, não nos parece seguro ter o autor assim em tão alta conta. O alcance a abrangência desse texto podem também tomar outra dimensão, não tão nobre quanto as anteriores, e que colocariam questões importantes ao se pensar os possíveis efeitos daquilo que se propõe.

Tal ressalva se faz necessária especialmente se tivermos em conta um curioso fato, de que não se trata de uma referência muito difundida, pouco retomada nas análises posteriores, o que talvez indique

alguma outra inserção possível do texto, que colocaria em questão o valor dessas articulações. De fato, há um terceiro debate a ser considerado nesse contexto, que se mostra ainda mais próximo e contundente para o autor: o embate entre a resistência francesa e o colaboracionismo da república de Vichy.

Não se sabe exatamente qual foi o posicionamento de Lacan durante a guerra, tendo-se acesso mais a rumores do que a fatos seguros. O que se pode afirmar, entretanto, é que ele não se marcou em nenhum dos lados, nem como um colaboracionista, tampouco como um resistente<sup>13</sup>. O que significa que, se por um lado não foi atrelado ao grupo daqueles condenados e execrados, por outro também parece haver um incômodo silêncio em seu posicionamento.

Nesta chave, não é difícil articular as proposições presentes no texto em questão a esse silêncio, fato que poderia até sugerir um ranço justificatório (ou mesmo um ato de responsabilização) na escolha da publicação nesse contexto. As implicações da proposição do tempo lógico poderiam, assim, explicar tanto o erro dos colaboracionistas, como também uma posição de reserva em relação ao que acontecia, um silêncio do qual inúmeras figuras foram acusadas, particularmente por aqueles que participaram ativamente da resistência.

Em relação a isso, a supracitada crítica que Lacan faz a Sartre parece dar consistência à hipótese, não somente pelo fato de Sartre ter sido um personagem importante na resistência francesa, mas também se levarmos em consideração que o livro ao qual a crítica claramen-

---

13 “Sem ser resistente, Lacan manifestou claramente sua hostilidade a todas as formas de antissemitismo e racismo. Tinha horror a tudo que se ligasse, de perto ou de longe, ao colaboracionismo. Isso não impediu os antilacanianos radicais de transformá-lo num colaboracionista, num vichysta e num pétainista, até mesmo num antissemita, e os lacanianos, seus idolatras, de inventar-lhe um heroico passado de resistente. Um deles chegou a imaginar que Lacan era judeu e que, sob tal pseudônimo, dissimulava a verdadeira identidade: Lacanovitch. Tese perniciososa, uma vez que tenta atualizar a idéia de que a psicanálise seria uma ‘ciência judaica’ cuja renovação não poderia ser assumida senão por um judeu” (Roudinesco, 2011, p. 43).

te se dirige, *O muro* (Sartre, 1939/2015), é uma obra que trata diretamente dessa questão. Não nos interessa, contudo, julgar qual foi ou deixou de ser o posicionamento do psicanalista durante a guerra (inclusive porque pouco se sabe sobre isso), mas sim ter presentes esses atravessamentos na leitura do texto, o que pode contribuir para enriquecer o debate.

Partindo do caminho percorrido com o texto lacaniano, é possível afirmar que a análise dos atravessamentos políticos traz elementos centrais para que se possa explorar todas as possibilidades do escrito. Tal importância se dá, num primeiro momento, pela constatação de que não se trata de um texto de interesse totalmente clínico, ao contrário, que a discussão sobre o laço social é central. Num segundo momento, vê-se que o texto permite pensar dois fatores importantes na consideração do laço: por um lado, a impossibilidade de definição de um referente externo positivo que funcione como instância ética garantidora do laço social, e as possíveis consequências da crença em um referente desses (ou seja, da negação dessa impossibilidade); por outro lado, o funcionamento lógico que se faz presente nesse processo, que implica a responsabilidade de cada sujeito, mas a impossibilidade de independência total da atuação dos outros.

Num terceiro momento, entretanto, vemos alguns possíveis efeitos dessa constatação, que indicam o caráter problemático de uma retirada do campo da política, seja da atuação do sujeito, seja da construção da teoria. Afinal, a ausência de um referente externo garantidor também pode ser entendida como a impossibilidade de apagamento da contingência na gênese do saber, de modo que a responsabilidade do sujeito por aquilo que fala e produz é incontornável. Essa questão, contudo, só será desenvolvida mais a fundo por Lacan alguns anos depois, como podemos ver em sua afirmação de que a psicanálise reintroduziria o Nome-do-Pai na consideração científica (Lacan, 1965/1998). Deve-se considerar também outra questão que se faz incontornável na transmissão de Lacan: sobre o ato, que carrega sempre uma aposta, um desconhecido, e responsabilidade. Talvez se trate de uma elaboração longa, mas que se faz necessário a partir de um texto que pode ser lido tanto como uma análise do nazismo, quanto como uma compreensão do silêncio frente o colaboracionismo francês.

## Conclusão

Vê-se que as duas análises apresentadas acima propõem trajetórias analíticas diferentes: abordando a inscrição sócio-política dos gestos clínicos e sua irredutibilidade à retórica social e política do clínico em apreço, no caso de Winnicott, e a proliferação de frentes analíticas renovadoras diante do questionamento acerca da intertextualidade contextual das produções escritas e faladas dos clínicos, no caso de Lacan. Nos dois casos, no entanto, aposta-se em um mesmo movimento analítico de base: a articulação da psicanálise com a política a partir da produção reputada como eminentemente clínica.

Nosso interesse, nessa medida, consiste em apontar para a necessidade de superação da cisão consagrada na tradição, segundo a qual o campo “psicanálise e política” diz respeito ao interesse daqueles psicanalistas que se interessam pelo tema, fazendo com que a política seja uma espécie de especialização ou campo de interesse privilegiado. Acreditamos que é necessário resgatar a dimensão inevitável da inscrição política da práxis, e fazê-lo em relação à clínica parece uma forma de promover um debate que cremos oportuno: qual o papel da psicanálise –tomada enquanto atividade clínica– na tessitura da trama política contemporânea? Quando o psicanalista vai ao consultório, o que isso significa em termos de práxis? Parece-nos insuficiente e insatisfatório o posicionamento segundo o qual a prática clínica é uma práxis burguesa e alienante, assim como nos parece insuficiente o posicionamento segundo o qual a prática clínica é libertadora já que valoriza a singularidade, o sujeito e a ética do desejo.

Nossa proposta com esse texto, portanto, foi apresentar esse território, defender sua pertinência e analisar episódios históricos que nos parecem ratificar nosso posicionamento. Tomamos exemplos relacionados a autores canônicos em psicanálise por entendermos que essas figuras (Lacan e Winnicott, nesse texto) oferecem-se como figuras de identificação aos psicanalistas em suas práticas cotidianas, e porque trata-se de figuras e cenas conhecidas e estudadas largamente; nosso entendimento, no entanto, é que cenas e eventos como os analisados acima se produzem cotidianamente, com suas dissensões e articulações entre os discursos dos psicanalistas e suas atividades clínicas

–nosso convite é que essas dissensões e articulações sejam indagadas e postas em movimento, em nome da política, da clínica e da indissociabilidade entre elas.

Em última instância, o trabalho dessas aparentes contradições que pudemos apresentar leva a uma conclusão importante: a negação da dimensão política que atravessa a clínica em suas entranhas, mais do que um mero detalhe circunstancial, pode ter efeitos gravíssimos. Frente a isso, o tratamento dessa indissociabilidade não constitui somente um exercício de pensamento, mas uma postura ética, um trabalho de “suspeita” nas palavras de Ricoeur (1965), sem o qual corremos o risco de perder de vista a amplitude de nossos atos.

## Bibliografía

- Abram, J. (2013). *Donald Winnicott Today*. London: Routledge.
- Agamben, G. (2010). *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Akimoto, C. (2016). *Potencial iatrogênico da psicanálise* (Dissertação de Mestrado defendida no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo). Universidade de São Paulo, Brasil.
- Arendt, H. (1963/1999). *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo: Cia das Letras.
- Bauman, Z. (1989/1998). *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- Birman, J. (1978/1998). Demanda psiquiátrica e saber psicanalítico. Em S. A. Figueira, *Sociedade e doença mental* (pp. 205-225). Rio de Janeiro: Campus.
- Canguilhem, G. (2007). *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Cohen, P. (30 de outubro de 1998). Homo sapiens 1900. [Arquivo de vídeo]. Recuperado de: <https://www.youtube.com/watch?v=qaX5s4wFHmk>
- Jorge, M.A.C. (jan-jun de 2000). Usos e abusos do tempo lógico. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 3(1), 9-23.
- Dunker, C. (2015). *Mal-estar, sofrimento e sintoma. Uma psicopatologia do Brasil entre muros*. São Paulo: Boitempo.
- Durkheim, E. (1893/2010). *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes.
- Estellita-Lins, C. (2007). Saúde e doença na psicanálise: sobre Georges Canguilhem e Donald W. Winnicott. Em B. Bezerra & F. Ortega (Co-

- ords.), *Winnicott e seus interlocutores* (pp. 363-390). Rio de Janeiro: Re-lume Dumará.
- Forrester, J. (1997). *Truth games: lies, money and psychoanalysis*. London: Harvard.
- \_\_\_\_\_. (1997a). *Dispatches from the Freud wars*. London: Harvard.
- Freud, S. (1921/1996). Psicologia de grupo e análise do ego. Em *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (pp. 77-154). Rio de Janeiro: Editora Imago.
- Honneth, A. (2003). *Luta por reconhecimento*. São Paulo: Ed. 34.
- Lacan, J. (1945/1998). O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada. Em *Escritos* (pp. 197-213). São Paulo: Jorge Zahar Editora.
- \_\_\_\_\_. (1953/1998). Instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. Em *Escritos* (pp. 496-533). São Paulo: Jorge Zahar Editora.
- \_\_\_\_\_. (1964/1973). *Le Séminaire - livre XI: Les quatre concepts fondamentaux de psychanalyse*. Paris: Seuil.
- \_\_\_\_\_. (1965/1998). A Ciência e a Verdade. Em *Escritos* (pp. 869-892). São Paulo: Jorge Zahar Editora.
- Milner, J.-C. (1996). *A obra clara*. São Paulo: Ed. Zahar.
- Mizrahi, B.G. (2010). *A vida criativa em Winnicott: um contraponto ao biopoder e ao desamparo no contexto contemporâneo*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Phillips, A. (2005). *Louco para ser normal*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar.
- Portocarrero, V. (2009). *As ciências da vida de Canguilhem a Foucault*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Ricoeur, P. (1965). *Da interpretação: ensaio sobre Freud*. Rio de Janeiro: Ed. Imago.
- Rodman, F. (2003). *Winnicott: life and work*. Cambridge: Da Capo Press.
- Roudinesco, E. (2011). *Lacan: a despeito de tudo e de todos*. São Paulo: Jorge Zahar Editora.
- Sartre, J.-P. (1939/2015). *O muro*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira.
- Silva Junior, N. (2000). Metodologia psicopatológica e ética em psicanálise: o princípio da alteridade hermética. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, III(2), 129-138.
- Souza, C. & Coelho, D. (jan-abr. de 2012). O neutro em psicanálise: da técnica à ética. *Fractal: Revista de Psicologia*, 24(1), 95-110.
- Stavrakakis, Y. (1999). *Lacan & the political*. Oxon: Routledge.
- Winnicott, D. (2005). *A família e o desenvolvimento individual*. São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. (2005a). *Tudo começa em casa*. São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. (2005b). *O gesto espontâneo*. São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. (2005c). Algumas reflexões sobre o significado da palavra “democracia”. Em *Tudo começa em casa* (pp. 188-204). São Paulo: Martins Fontes.

\_\_\_\_\_. (2005d). Os efeitos da psicose sobre a vida familiar. Em *A família e o desenvolvimento individual* (pp. 89-100). São Paulo: Martins Fontes.

\_\_\_\_\_. (2010). *Playing and reality*. London: Routledge.

**Para citar este artículo / To cite this article / Pour citer cet article /**

**Para citar este artigo (APA):**

Beer, Paulo Antonio de Campos – Cavalcanti Franco, Wilson de Albuquerque (2017). Da indissociabilidade entre clínica e política em psicanálise . Revista *Affectio Societatis*, 14(27), 157-179. Medellín, Colombia: Departamento de Psicoanálisis, Universidad de Antioquia. Recuperado de <http://aprendeenlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/affectiosocietatis>